

Resenha

NOVAES, Henrique Tahan (Org.). **O Retorno do Caracol à Sua Concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Renan Dias Oliveira*

O livro de Henrique Novaes (2011), em parceria com Renato Dagnino e Maurício Sardá de Faria, trata o tema da autogestão em associações de trabalhadores a partir de problemáticas fundamentais do cooperativismo e da economia solidária. São diversos os trabalhos acadêmicos que se ocupam da temática do associativismo. Contudo, os seis capítulos do livro se destacam por apontar como as propostas autogestionárias podem vislumbrar a superação do trabalho alienado. Três capítulos são da autoria de Novaes, que resgata as contribuições de István Mészáros ao socialismo autogestionário, a temática do planejamento socialista da produção por produtores associados e o debate entre os defensores da estatização sob controle operário e da autogestão. Os capítulos em parceria com Dagnino focam em dois debates. O primeiro, no que concerne à participação do trabalhador na fábrica, contrasta as propostas do modelo japonês e as propostas autogestionárias. O segundo centra sua discussão nas forças produtivas e a transição ao socialismo, e contrapõe as contribuições de Paul Singer e, novamente, István Mészáros. Por fim, o capítulo em parceria com Sardá de Faria aborda especificamente o tema das fábricas recuperadas.

Ao resgatar as contribuições sócio-históricas de Mészáros ao debate do socialismo autogestionário, Novaes indica que a autogestão está inserida num contexto histórico desde o dia em que os trabalhadores foram colocados numa fábrica à sua revelia. Entretanto, seu eixo de análise é a retomada da discussão no fim do século XX. Isso porque a autogestão em estágio embrionário se desenvolveu em processos revolucionários, como a Comuna de Paris em 1871 e nos primeiros anos da Revolução Russa em 1917. Além de situações em países latino-americanos, como o *Cordobazo* argentino em 1969 e as Comissões de Fábrica no Brasil.

* Mestrando em Política Científica e Tecnológica no Instituto de Geociências da UNICAMP. E-mail: renandoliveira@yahoo.com.br.

Ocorre que o cooperativismo dentro de uma perspectiva de transição socialista, vislumbrada por Karl Marx, foi deixada de lado pela social-democracia e pelo estalinismo. Assim, a crise por que passou o marxismo no século XX, principalmente a partir da 2ª Internacional, refletiu e ainda reflete em movimentos associativistas que almejam à superação da alienação do trabalho. Mészáros, porém, tece críticas severas ao “sociometabolismo do capital” e afirma que a autogestão nunca morreu. Aí reside a importância de se resgatar as contribuições sócio-históricas ao socialismo autogestionário de um importante autor marxista contemporâneo como Mészáros. Tarefa esta muito bem desenvolvida no livro.

Mészáros (2002)¹ faz uma crítica global ao sociometabolismo do capital e indica que somente uma mudança também global pode superá-lo. A vertente socialista da economia solidária, para Novaes, fundamentalmente imprime uma crítica à propriedade dos meios de produção. O cooperativismo seria uma forma intermediária que questiona, ainda nos marcos do capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção. O cooperativismo, para Marx, poderia reatar os trabalhadores aos meios de produção, ou como diz o autor: “(...) como possibilidade de reatar o caracol à sua concha” (Novaes, 2011: 30). Por outro lado, Mészáros (2002), ao teorizar sobre essa questão histórica, reconhece que há limites claros em propriedades de trabalhadores num contexto onde não há generalização de expropriações, tampouco controle global do processo de trabalho pelos produtores associados.

Outra questão central na obra de Mészáros se refere às forças produtivas. A maioria dos autores marxistas do século XX entende a ciência e a tecnologia (C&T) como neutras. Em contrapartida Mészáros considera C&T não-neutras e, por isso, acredita que quando os trabalhadores “herdarem-nas” devem se preocupar em reestruturá-las profundamente. Como bem se afirma no livro: “As formas tecnológicas capitalistas, por possuírem uma alta inércia, fruto de um longo período de acumulação (...), representam um significativo desafio para a mudança sociopolítica qualitativa” (Novaes, 2011: 43). Assim, a radical transformação dos meios e técnicas de produção assume um caráter paradigmático na transição socialista. A esquerda marxista reduziu a questão da C&T a uma simples apropriação das forças produtivas engendradas no capitalismo, e isso deve ser centralmente questionado atualmente.

¹ MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. Campinas: Ed. Unicamp/Boitempo, 2002.

Mészáros (2004)² também defende um “ataque duplo” ao sistema sociometabólico do capital. Ancorado na crítica de Rosa Luxemburgo a Bernstein, o filósofo húngaro diz que a contradição da cooperativa é ter que controlar a si mesma com extremo absolutismo, no qual o trabalhador assume o papel de empresário de si mesmo. Novaes (2011) então sinaliza que a ideia de “ataque duplo” é fundamental para o movimento de cooperativas atualmente. Por um lado deve-se ter um controle coordenado da produção através de uma democracia substantiva dos trabalhadores. Por outro, o controle global da indústria pelos trabalhadores associados. Entretanto, o atual contexto histórico se caracteriza por uma série de derrotas para os trabalhadores; e para a esquerda, na falta de um projeto radical para além do capital. O cooperativismo viria a se inserir como um quadro de subsistência e resistência. O autor defende que o movimento vem cumprindo um papel modesto ao permitir que trabalhadores (os mais precarizados e também os desempregados) tenham direito à sobrevivência. Mas não perde de vista o horizonte de expectativa, que permite que o cooperativismo alie sua prática imediata com sua potencialidade revolucionária, tendo em vista a superação da alienação do trabalho em sua totalidade.

O autor retoma crítica de autores marxistas que defenderam a necessidade da coordenação global da produção pelos trabalhadores associados. Nem todos os autores socialistas, que defendem o fim da propriedade privada dos meios de produção, admitem a extinção dos mecanismos de mercado. Novaes (2011) diz que a ideia é antiga, remonta à Revolução Russa, quando um grupo de teóricos socialistas defendeu que os mecanismos de mercado eram imprescindíveis ao socialismo. Há limites e possibilidades na construção do planejamento socialista da produção. Não se pode analisar as fábricas sem atentar ao entorno em que estão inseridas. A construção de uma “sociedade para além do capital” exige que se debata a coordenação da produção pelos trabalhadores associados: “ Não pode haver uma teoria que se sustente olhando apenas ‘para dentro’ das cooperativas (...) na qual os trabalhadores decidem coletivamente os rumos da empresa sem se observar a permanência da perda do controle do trabalho” (Novaes, 2006 *apud* 2011: 71).

Outro debate atual que ganha destaque no livro se refere à estatização sob controle operário e da autogestão. A partir de suas pesquisas em Fábricas Recuperadas no Brasil, Argentina e

² MÉSZÁROS, I. O Poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

Venezuela, o autor mostra que há um amplo debate nesse tema. Há autores que defendem a estatização, mas reivindicam compartilhamento de decisões entre trabalhadores e burocracia estatal, com maior peso aos trabalhadores nos processos decisórios. Outras correntes argumentam em prol da estatização somente de setores estratégicos da economia. Quanto aos defensores da autogestão também há um grande espectro de propostas e iniciativas. Desde os que advogam pela organização dos trabalhadores em cooperativas que venham a competir no mercado, até as propostas de “ataque duplo”, que enfocam tanto a redefinição da divisão do trabalho como o planejamento socialista da produção, como citado anteriormente à referência em Mészáros (2004).

Retomando a questão da não-neutralidade da Ciência e da Tecnologia (C&T), o capítulo escrito em parceria com Renato Dagnino simula um diálogo entre o intelectual brasileiro Paul Singer e Mészáros. Na obra *Uma utopia militante - repensando o socialismo*, de 1998, Singer sintetiza uma visão apropriação da tecnologia. As fracassadas economias socialistas do leste europeu não teriam sido capazes de incorporar os frutos da Revolução técnico-científica, o que demandaria uma “modernização tecnológica”. O déficit da liberdade econômica e da competitividade de mercado teriam sido responsáveis pela baixa taxa de inovação e pelo pouco progresso econômico. A partir dessa perspectiva, o movimento de crítica à experiência do socialismo real não incorporou a variável tecnológica.

Entretanto, a contribuição de Mészáros se torna um arcabouço teórico valioso atualmente. Ele salienta que a máquina, muitas vezes, não é simplesmente resultado da concorrência capitalista, mas é resultado também da luta de classes, é materialização das relações sociais. Se por um lado Singer afirma que a Revolução técnico-científica deve levar maior liberdade aos trabalhadores e menor controle capitalista, Mészáros defende que C&T não são agentes soberanos e autossuficientes. Para o filósofo húngaro a esquerda deve se livrar de perspectivas produtivistas e admitir que as forças produtivas, em muitos aspectos, tornaram-se forças destrutivas. Certamente Mészáros não é um fatalista e não defende que devamos voltar à Idade Média no que toca ao desenvolvimento científico e tecnológico. Ele também vê um potencial emancipatório na C&T moderna. Nada leva a crer que o socialismo se construa pela exigência do desenvolvimento das forças

produtivas. A revolução não seria resultado somente de uma transformação supraestrutural, mas global, totalizante.

O capítulo escrito em parceria com Maurício Sardá de Faria aborda o movimento das Fábricas Recuperadas (FRs) a partir de uma perspectiva histórica e militante. A luta pela autogestão da produção dos meios de vida data de pelo menos dois séculos. Desde então, a autogestão assume várias formas e cria diversas instituições. Já nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, Marx já indicava que as Associações Operárias portavam o fundamento das relações sociais de produção comum, comunistas. O tema foi marcante no interior do movimento operário internacional no século XX. A originalidade dos autores está em indicar que as FRs representam a retomada de um campo da luta de classes que foi subestimado após a Comuna de Paris: a produção cooperativa dos meios de vida. Em especial na América Latina, as FRs não podem ser compreendidas fora do contexto de rebeliões populares anticapitalistas nos anos 1990 e 2000. Vide por exemplo as lutas contra a privatização da água, energia elétrica, gás e petróleo na Bolívia, Equador e Venezuela, os *piqueteros* na Argentina e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto no Brasil.

Atualmente grande parte das experiências latino-americanas de FRs já ingressou num processo de assimilação à ordem capitalista. Há limites no interior do movimento, há entraves com relação ao mercado capitalista e ao Estado. O que pode se observar é um isolamento entre os empreendimentos autogestionários, que poderia lhes proporcionar um grau de independência em relação ao consumo capitalista. Há também entraves técnico-administrativos, uma vez que muitas vezes são adotadas técnicas toyotistas com a assessoria de ONGs e de governos. Não obstante, as FRs têm conseguido realizar mudanças substantivas no processo de trabalho, principalmente no que toca à repartição do salário, apropriação de conhecimentos e aquisição de maquinários. São grandes as possibilidades que se abrem nas FRs. Tais experiências práticas de associação de trabalhadores indicam que a auto-organização pode ser potencializada numa conjuntura de transformação social que tenha em vista a superação do trabalho alienado.